

Timor-Leste: os Próximos Desafios

Mónica Rafael Simões*

As eleições em Timor-Leste foram mais uma prova do civismo e da maturidade política dos timorenses. Mas os próximos meses representam um enorme desafio para aquele que será o mais jovem país independente do século XXI.

As eleições do passado dia 30 de Agosto para a futura Assembleia Constituinte de Timor-Leste marcaram o início da segunda fase de reconstrução do território. Os 88 deputados eleitos têm agora a responsabilidade de elaborar e aprovar a Constituição nacional, e de promover as decisões necessárias para a transição política, trabalhando em colaboração com o segundo governo de transição e com a Administração

O fracasso em promover a participação local desde o início do processo de reconstrução parece ser um dos principais erros da administração transitória.

Transitória das Nações Unidas no país (UNTAET) até à independência.

Não obstante o facto de o povo de Timor-Leste ter sido o grande vencedor destas eleições, dando uma vez mais ao mundo um exemplo de civismo e maturidade política, a verdade é que os próximos meses representam desafios colossais para aquela que será a mais jovem nação do século XXI.

Os problemas que a UNTAET teve de enfrentar desde o início do seu

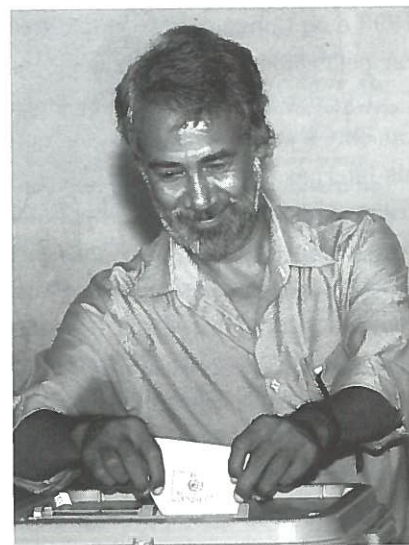
mandato, em Outubro de 1999, foram imensos: um país devastado, sistematicamente pilhado, com dezenas de milhares de refugiados e deslocados internos, uma economia paralisada, assim como uma total ausência de serviços públicos e de estruturas administrativas, políticas e militares.

Perante uma tal realidade, parece evidente que teria sido impossível obter pleno sucesso na construção de uma nova administração e instituições democráticas, no restaurar dos serviços públicos, no revitalizar da economia e na promoção da reconciliação nacional, no curto espaço de tempo que a missão teve.

Há, sem dúvida, importantes sucessos e conquistas a apontar em relação ao trabalho da ONU no território.

Logo após a violência de 1999, a resposta humanitária foi fundamental para facilitar o regresso de milhares de refugiados e assegurar rapidamente as principais necessidades da população, especialmente tendo em conta a quase total destruição dos sistemas de comunicação e das infra-estruturas no terreno.

Igualmente importante tem sido a realização de campanhas de educa-



ção cívica e a promoção das capacidades da sociedade civil na luta contra a pobreza e a discriminação sexual e no processo de reconstrução, em simultâneo com a criação e o desenvolvimento de instituições e de quadros para conduzir a transição política.

Em termos económicos, os vários projectos em curso, implementados pelo Banco Mundial em colaboração com o Banco Asiático para o Desenvolvimento, têm sido essenciais para o nascimento do sector privado, para o desenvolvimento do comércio local e para a criação de novos empregos. Do mesmo modo, o acordo assinado em Julho passado entre Timor-Leste e a Austrália, sobre a partilha das receitas do gás natural e do petróleo existentes no

* M. A. Human Rights and Democratization, Univ. de Pádua e Deusto. CIPRIC, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

mar de Timor, poderá traduzir-se num elemento fundamental para a revitalização económica desta democracia emergente.

Contudo, e apesar dos importantes progressos já feitos desde o início deste esforço de reabilitação, imensos problemas persistem e a realidade é que as grandes expectativas iniciais não foram traduzidas em resultados imediatos de grande alcance.

A quase total ausência de conhecimento por parte dos funcionários internacionais no que diz respeito à sociedade, à economia e à cultura timorense, aliada a um enorme atraso em trazer para o terreno especialistas em matérias de governação, economia e justiça traduzem falhas gravíssimas, ainda que habituais, neste tipo de missões internacionais. Além disso, a falta de diálogo e coordenação entre as agências internacionais no terreno, e entre estas e os líderes locais, juntamente com a ausência de uma avaliação profunda dos problemas e necessidades urgentes da população, conduziram a uma situação muito perigosa em termos de dependência da ajuda externa.

Do mesmo modo, a falta de acção descentralizada por parte da UNTAET motivou frequentes acusações aos responsáveis internacio-

nais de excluïrem os timorenses dos processos de decisão. Esta realidade gerou um sentimento de abandono numa população mal informada e raramente ouvida, uma característica particularmente perigosa numa cultura que nunca conheceu instituições democráticas.

De facto, o estado ainda pouco desenvolvido das capacidades administrativas do território, a fragilidade do sistema político e financeiro, e a incapacidade do jovem sistema judicial em lidar com as graves violações de direitos humanos do passado, são alguns elementos que demonstram as ineríveis dificuldades com que os timorenses terão que lidar após a independência. Também em termos de segurança, e apesar da recente criação das Forças de Defesa de Timor-Leste e do corpo de Polícia nacional, a situação é de alguma instabilidade.

De facto, dos cerca de 250 mil timorenses forçados a atravessar a fronteira para Timor Ocidental, cerca de 80 mil ainda se encontram em condições desumanas nesses campos de refugiados. Esta realidade deve-se, em grande parte, à permanência de milícias na região, intimidando e impedindo o regresso a casa de milhares de pessoas, ao mesmo tempo que se apossam da assis-

tência internacional destinada a estes refugiados.

Além disso, enquanto esta situação não se resolver, mantém-se o perigo de violência futura e de incursões em Timor-Leste por parte destes grupos, nomeadamente quando a independência for declarada e as forças internacionais, gradualmente, forem abandonando o país.

Em relação à reconstrução física do território, a reparação de infra-estruturas básicas até ao presente – nomeadamente, estradas, electricidade, serviços básicos, sistemas de comunicação e edifícios públicos – não foi suficiente para substituir as existentes antes dos acontecimentos de Setembro de 1999. Do mesmo modo, o lento desenvolvimento dos sistemas educacional e de saúde pública, fundamentais para a formação de recursos humanos e para devolver à população um sentimento de normalidade, a par da lenta redimensionação da agricultura, actividade vital para o país já que emprega cerca de 80% da população, são elementos que poderão fazer perpetuar a dependência timorense da assistência internacional durante os próximos anos. Porque a maior parte da população ainda não sente grande impacto da

Timor: Resultados das Eleições

Ficha Eleitoral

Deputados	88
Distritos	13
Partidos	16
Eleitores	409 019
Votantes	384 251
Abstenção	7%



Assembleia Constituinte

Nº de deputados por partido



	% Total
FRETILIN (Frente Rev. de Timor Leste Independente)	53,37
PD (Partido Democrático)	8,72
PSD (Partido Social Democrata)	8,18
ASDT (Associação Social-Democrata Timorense)	7,84
UDT (União Democrática Timorense)	2,36
Outros	15,53



27 de Setembro de 1999, um helicóptero com ajuda humanitária da UE sobrevoa a cidade deserta de Ermera, quase completamente destruída pela acção das milícias pró-indonésias que assassinaram muitos dos seus habitantes. Este era o desafio que se deparava à comunidade internacional.

presença internacional em termos de melhorias económicas, já que grande parte do crescimento desse tipo de indicadores durante os últimos dois anos concentrou-se em Díli, a criação de emprego e o estabelecimento de condições para atrair investimento externo no conjunto do território terão que ser uma forte aposta do futuro governo.

Timor-Leste está política, social e economicamente fragilizado, e 24 anos de ocupação geraram uma cultura de ressentimento e mágoa. A ausência de reconciliação nacional, motivada também pela continuação de uma situação de impunidade e pela sensação de que a Indonésia não cumprirá a sua promessa de punir os responsáveis pelos crimes hediondos que se seguiram ao referendo de Setembro de 1999, é outra das grandes questões que poderá trazer enormes dificuldades no futuro. Como noutras partes do mundo, serão necessárias gerações para que uma verdadeira reconciliação ocorra no

território, sendo que a provisão de justiça será um elemento fundamental para a futura segurança e estabilidade nacional.

Timor-Leste representa uma oportunidade única para a comunidade internacional demonstrar a sua capacidade de promover a construção de um Estado baseado numa cultura de paz, democracia e respeito pelos direitos humanos.

Além disso, e visto o território estar sob a administração das Nações Unidas até à independência, representa também uma responsabilidade internacional acrescida no sentido de implementar as importantes lições aprendidas com casos passados e de evitar a repetição dos erros mais frequentes em processos de transição. Porém, a situação presente parece demonstrar que Timor-Leste não é, de modo algum, um exemplo de sucesso do envolvimento da comunidade internacional em processos de reconstrução pós-bélica.

O fracasso em promover a participação local desde o início do processo de reconstrução parece ser um dos principais erros da administração transitória.

Resta agora esperar para ver o modo como esta segunda fase do processo irá decorrer; sendo importante recordar a este respeito as palavras de Xanana Gusmão ao dirigir-se ao Royal Institute of International Affairs, a 6 de Outubro de 1999: "O genocídio em Timor-Leste constituiu um desafio para o conjunto da comunidade internacional, porque ele resultou do facto de o meu povo ter confiado nas promessas da comunidade internacional, por via da ONU, de que iria assegurar a sua transição para a democracia. Por duas vezes neste século, o meu povo depositou a sua confiança nas promessas da comunidade das nações, apenas para ver essa confiança traída. Penso que é chegado o momento de ser a comunidade internacional a confiar no povo de Timor Leste." ■